

Para vender, só pagando taxa

GUSTAVO TOURINHO E
MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

A exploração de espaços públicos no Parque da Cidade será controlada e, em alguns casos, até mesmo taxada. Ainda neste mês, o Governo do Distrito Federal (GDF) pretende publicar no *Diário Oficial* portaria com as regras destinadas a quem utiliza a unidade de conservação ambiental e de lazer para vender produtos ou serviços a seus freqüentadores.

De vendedores de pipoca a donos de quiosques, o GDF exigirá autorização para que continuem a trabalhar dentro do parque. A situação de cada um será analisada pela Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação. "Por muito tempo, as pessoas exploraram e faturaram em cima da área pública do parque sem dar nada em troca. Vamos dar um basta a esta realidade", comentou o secretário de Parques, Ênio Dutra.

Dutra encomendou aos técnicos da secretaria um levantamento completo de vendedores ambulantes e prestadores de serviços que fazem do Parque da Cidade seu ganha-pão. "Iniciamos o levantamento no mês de abril e ele está praticamente concluído. Até o final do mês, divulgaremos as novas regras e passaremos a cobrar taxas de quem pretende usar esse espaço", detalhou. Uma das taxas a serem cobradas será a de limpeza pública.

O dinheiro arrecadado com a

Adauto Cruz/CB



A VENDEDORA DE PIPOCA MARIA AUXILIADORA, 48 ANOS, SOUBE DA TAXAÇÃO HÁ DOIS MESES E NÃO GOSTOU: "GANHO R\$ 200 E VOU PAGAR R\$ 40. FICA DIFÍCIL"

cobrança de taxas será revertido ao Fundo Pró-Parques, que aplicará os recursos na revitalização, manutenção e conservação das unidades de preservação do Distrito Federal. No caso do Parque da Cidade, está prevista a criação de restaurante na Praça das Fontes, a construção de área aquática e a padronização de quiosques.

A novidade pegou de surpresa alguns profissionais autônomos. Vanessa Ribeiro, dona de uma empresa de animação de festas, foi proibida ontem de ter acesso ao Parque Ana Lúcia com seus assistentes. "Como não posso treiná-los durante as festas, vou ao parque onde há uma aglomeração de crianças. Ali, na prática, os

mais experientes podem treinar os novatos", explicou.

Ao chegar ao Ana Lúcia, porém, Vanessa e cinco monitores foram barrados no portão de entrada. Ela foi comunicada pelo segurança de que não poderia entrar sem autorização. "Explicaram que para qualquer evento, será preciso autorização e recolhimento de

taxa. Trabalho nisso há mais de oito anos", lamentou a mulher, que optou pelo Jardim Zoológico para fazer a atividade.

Protestos

Apesar de os valores ainda não terem sido divulgados oficialmente pelo GDF, a grita no Parque da Cidade ontem foi geral.

A pernambucana Maria Auxiliadora Valério da Silva, 48 anos, soube há dois meses da taxa-ção. "Já pago taxas para a Administração Regional de Brasília pelo uso do espaço e para a Secretaria de Fazenda, como uma espécie de imposto de renda", explica.

Maria Auxiliadora desembolsa atualmente R\$ 20,30 (R\$ 10,30 para a administração e R\$ 10 para a secretaria) para vender pipoca no Estacionamento 12 e, pelo que entendeu das novas regras, os dois impostos vão acabar e surgirá apenas um. "Vou gastar R\$ 40 mensais. "Fica difícil trabalhar assim, né? Ainda mais para quem ganha R\$ 200 por mês", diz.

Há dez anos no Parque da Cidade, a vendedora sugere uma redução no valor do novo tributo, proporcional ao tempo de trabalho de cada comerciante. "Meu avô tem essa barraca há mais de 30 anos. Não é justo que a gente pague tanto dinheiro depois de tanto tempo", pondera.

Outro vendedor ambulante reclama da cobrança. "Muita gente terá de procurar outros lugares para trabalhar, pois ficará impossível sobreviver com o que sobra das vendas no Parque", afirma André Alessandro da Silva Bezerra, 20 anos. André reparou que, nos últimos dias, quando a nova cobrança foi anunciada aos vendedores do Parque da Cidade, aumentou consideravelmente o número de ambulantes por ali, atraídos pela chance de ter a situação regularizada.